

TJ MA

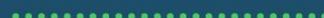
Analista Judiciário- Contador



Editais verticalizados

Tribunal de
Justiça do Estado do
Maranhão

 O que cai
na prova



CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

- 1 Estado, Governo e Sociedade: conceito e evolução do Estado contemporâneo; aspectos fundamentais na formação do estado brasileiro.
2. Gestão Estratégica: eficiência, eficácia, excelência nos serviços públicos, gestão de projetos, gestão por competências.
3. Organização do Estado e da gestão.

4. Os agentes públicos e a sua gestão, normas legais e constitucionais aplicáveis.
5. Serviço de atendimento ao cidadão.
6. Comunicação interna e externa; relacionamento interpessoal e trabalho em equipe.
7. Gestão de conflitos.
8. Governança na gestão pública.
9. Ética no Serviço Público.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

1 História do Maranhão: França equinocial: expedição de Daniel de La Touche.

Fundação de São Luís. Batalha de Guaxenduba. A invasão holandesa. A expulsão dos holandeses.

O Estado do Maranhão e Grão-Pará: a Revolta de Bequimão. Causas. Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Os objetivos da Revolta.

Período do Império: adesão do Maranhão. A Independência do Brasil. Causas da não adesão: a Batalha do Jenipapo. A Balaiada: caracterização e causas do movimento.

Período Republicano: adesão do Maranhão à República. A Revolução de 1930 no Maranhão.

O Vitorinismo e a Greve de 1951.

Os principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão na segunda metade do século XX.

2. Geografia do Maranhão: Localização do Estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos; Áreas de Proteção Ambiental (APA). Parques nacionais.

Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura.

Geomorfologia. Geologia e recursos minerais no Maranhão. Classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas.

Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes: bacia do Parnaíba, do Gurupi e do Tocantins-Araguaia. Bacias dos rios genuinamente maranhenses.

Principais formações vegetais: floresta, cerrado e cocais.

Geografia da População: população absoluta; povoamento; urbanização; densidade demográfica; movimentos populacionais.

A agricultura maranhense: caracterização e principais produtos agrícolas; caracterização da pecuária.

Extrativismo: vegetal, animal e mineral.

Parque industrial: indústrias de base e indústrias de transformação.

Setor terciário: comércio, telecomunicações, transportes. Malha viária. Portos e aeroportos. A cultura maranhense.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL

Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido.

Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.

Contas patrimoniais e de resultado.

Sistema de contas e plano de contas.

Regime de competência e regime de caixa.

Método das partidas dobradas.

Apuração de resultados; critérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado).

Legislação societária: Lei nº 6.404/1976 e legislação complementar.

Pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (até 31/07/2021).

Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis.

Demonstrações contábeis obrigatórias, de acordo com o CPC 26 (R1): estrutura, características, elaboração, apresentação e conteúdo dos grupos e subgrupos; notas explicativas às demonstrações contábeis.

Apresentação do balanço patrimonial.

Demonstração do resultado.

Demonstração dos fluxos de caixa (método direto e indireto).

Demonstração do valor adicionado.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Critérios de avaliação dos ativos e passivos.

Ativo imobilizado e critérios de depreciação.

Ativo intangível.

Análise das demonstrações contábeis: análise vertical, índices de liquidez, quocientes de estrutura, rentabilidade, lucratividade, prazos e ciclos.

Consolidação de demonstrações contábeis.

Destinação de resultado.

Contabilidade de custos: conceito e campo de aplicação; custos, despesas e investimentos; sistemas de custeio; custo direto e custo indireto.

Sistema de custos do Governo Federal.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)

Conceito, objeto, objetivos, campo de aplicação e limitações da CASP; aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da CASP;

princípios da contabilidade aplicada ao setor público.

patrimônio público: conceito e classificação jurídica e contábil;

variações patrimoniais; mensuração de ativos e passivos;

ativo imobilizado e ativo intangível; reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão;

provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Inventário: conceito, princípios, fases e avaliação dos elementos patrimoniais;

Plano de Contas Aplicado Ao Setor Público (PCASP): conceito, diretrizes, sistema contábil, registro contábil, conta contábil, estrutura básica;

demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: balanço orçamentário; balanço financeiro; balanço patrimonial; demonstração das variações patrimoniais; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração das mutações do patrimônio líquido;

demonstrativos fiscais: Relatório Resumido da

Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF);

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT – SP);

Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e atualizações;
 Lei nº 4.320/1964; Decreto-Lei nº 200/1967; 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Partes II e IV - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Plano de Contas aplicado ao Setor Público.

Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 11ª edição.

Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Orçamento na Constituição Federal.

Orçamento público na Lei nº 4.320/1964.

Princípios orçamentários.

Características do orçamento tradicional, do orçamento de base-zero, do orçamento de desempenho e do orçamento-programa.

Conceitos, estágios e classificações da despesa pública.

Conceitos, estágios e classificações da receita pública.

Ciclo orçamentário e processo orçamentário.

Instrumentos de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

Mecanismos retificadores do orçamento (créditos adicionais).

Elaboração da proposta orçamentária.

Programação orçamentária e financeira.

Descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros.

Execução orçamentária e financeira.

Limitação de empenho e movimentação financeira.

Controle e avaliação da execução orçamentária.

Regime de adiantamento (Suprimento de fundos).

Restos a pagar.

Despesas de exercícios anteriores.

10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Parte I – Procedimentos contábeis orçamentários.

Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário.

Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) – 11ª edição: Anexo de Riscos Fiscais (ARF), Anexo de Metas Fiscais (AMF) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Geração da despesa e despesa obrigatória de caráter continuado.

AUDITORIA E CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conceitos e objetivos; NBC TI 01 - Auditoria Interna; independência e autonomia, competência profissional, normas relativas à execução dos trabalhos; normas relativas à opinião do auditor; relatórios e pareceres de auditoria.

Objetivos, técnicas, procedimentos e planejamento dos trabalhos de auditoria; programas de auditoria; papéis de trabalho; testes de auditoria; amostragens estatísticas em auditoria; eventos ou transações subsequentes; revisão analítica; entrevista; conferência de cálculo; confirmação; interpretação das informações; observação; procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis.

Controle da Administração Pública: controle interno e controle externo.

Lei Complementar nº 131/2009 - Lei da Transparência.

Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e portarias regulamentadoras.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!